

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.111 - SP (2018/0313795-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : MANUEL DOS SANTOS SILVA**  
**AGRAVADO : MARIA ODETE DE OLIVEIRA NUNES SILVA**  
**ADVOGADO : ADRIANA RIBERTO BANDINI E OUTRO(S) - SP131928**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BEM DA UNIÃO. ENFITEUSE. PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência das Súmulas 7 do STJ e 282 e 356 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 286):

APELAÇÃO CÍVEL. SÍTIO TAMBORÉ - BARUERI/SP. BEM DA UNIÃO. ENFITEUSE. PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA DAS DIFERENÇAS RELATIVAS AO LAUDÊMIO.

1. O regime de aforamento/enfiteuse tem por base um ajuste firmado entre o particular (chamado de enfiteuta - titular do domínio útil) e a proprietário do imóvel (denominado de senhorio - titular do domínio direto).

2. O domínio útil do imóvel situado no antigo "Sítio Tamboré" foi aforado à família Penteado e, desde então, vem sendo transmitido pelos nexos registraes ininterruptos.

3. A relação de direito material que enseja o pagamento da taxa de ocupação e de laudêmio cobrados pela União é regida pelo Direito Administrativo, por isso que inaplicável a prescrição delineada no Código Civil.

4. Os débitos não inscritos em 5 (cinco) anos, a partir da data do vencimento, estão prescritos.

5. Apelação da União Federal provida. Remessa oficial provida em parte. Sentença reformada.

No recurso especial a recorrente alega violação do artigo 177 do CC/1916, ao argumento de que "Até o advento da Lei nº 9636/98, não havia legislação especial acerca da prescrição de seus créditos. Assim, o prazo prescricional para a cobrança de laudêmio sobre as transferências dos imóveis da União era a de vinte anos prevista no Código Civil" (fl. 293).

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

No que diz respeito à alegação de ofensa ao artigo 177 do CC/1916, a pretensão é inadmissível, pois a recorrente não impugnou o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "A relação de direito material que enseja o pagamento da taxa de ocupação e de laudêmio cobrados pela União é regida pelo Direito Administrativo, por

isso que inaplicável a prescrição delineada no Código Civil" (fl. 284). Essa situação enseja a aplicação da Súmula 283/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES, Relator

